

FONTES PRIMÁRIAS

Recebido em 21 de setembro de 2019

Aprovado em 29 de outubro de 2019

Escândalo na Academia Imperial de Belas Artes: uma expulsão por manifesta desobediência

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v5i2.31134>

Alberto Martín Chillon

Possui graduação e licenciatura em Historia del Arte pela Universidade Complutense de Madrid (2006), mestrado em História da Arte - Universidad Complutense (2010), e doutorado em Artes (História e Crítica da Arte) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2017). Professor Adjunto do Departamento de História da Arte da Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do grupo Entresséculos. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em História e Crítica da Arte, atuando na arte do século XIX, especialmente na escultura, sobre conceitos como academismo; modernidade e tradição; indianismo e construção da imagem nacional brasileira.

E-mail: albertomchillon@eba.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6007-5205>

RESUMO

Em 12 de dezembro de 1838 Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), ministro interino do Império, decidiu o castigo que deveria ser imposto ao aluno de escultura da Academia Imperial de Belas Artes, Honorato Manoel de Lima, por seu descomedido procedimento e manifesta desobediência, excluindo-o para sempre de dita Academia. Este documento se conserva, assim como a produção documental da Academia Imperial de Belas Artes, no Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acervo fundamental para o estudo da arte brasileira dos séculos XIX e XX e para a história do ensino artístico no Brasil.

Palavras-chave: Academia Imperial de Belas Artes. Honorato Manoel de Lima. Escultura. História da Arte. Ensino artístico

Introdução

O Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrante, junto com o Museu D. João VI e a Biblioteca de Obras Raras, do Setor de Memória e Patrimônio da Escola de Belas Artes, guarda a excepcional produção documental do ensino artístico institucional no Brasil.

Por decreto de 12 de agosto de 1816, D. João VI criou a primeira instituição de ensino artístico no Brasil, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que passaria a denominar-se Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil por decreto de 23 de novembro de 1820, para definitivamente nomear-se Academia Imperial de Belas Artes até a sua transformação em Escola Nacional de Belas Artes em 1890.

Quase a totalidade da documentação foi digitalizada em 2008 através de um Projeto de revitalização financiado pela PETROBRAS e se encontra disponível on-line, <http://docvirt.com/MuseuDJoaovI/>, catalogada em encadernados e avulsos. Dentre estes últimos, documentos de temáticas diversas, o documento avulso nº 201 do Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes resulta um exemplo excepcional na história do ensino artístico.

Este documento é um ofício enviado à Academia Imperial de Belas Artes, no nome do seu diretor, Félix Émile Taunay, pelo ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, pois a Academia dependia diretamente do Ministério, conservando no arquivo a correspondência trocada entre as duas instituições.

O documento ratifica a decisão de expulsão definitiva de Honorato Manoel de Lima, aluno de estatuária, em 12 de dezembro de 1838, por um processo disciplinar contemplado no próprio regulamento, no caso os Estatutos da Academia Imperial de Belas Artes de 1831, publicados por decreto de 30 de dezembro de 1831, também conhecidos como Reforma Lino Coutinho, em homenagem ao ministro do Império José Lino dos Santos Coutinho (1784-1836), criador em 2 de dezembro de 1837 do Colégio D. Pedro II.

No parágrafo quarto, artigo segundo do capítulo segundo, os estatutos especificam que compete à Congregação “Admittir os alunos á matricula, e dar contas de tres em tres meses ao Governo de seu aproveitamento e conducta, para se providenciar, caso haja algum, que por seu máo e incorrigivel comportamento mereça ser despedido da escola”.¹

¹ Decreto de 30 de dezembro de 1831. Plano de reforma no regimen e estudos da Academia das Bellas Artes. Actos do poder executivo, 1831, pp. 91-98.

Essa punição disciplinar resulta um dos fatos mais relevantes do documento, pois conhecemos poucos casos como esse. Na própria Seção de Escultura, conhecemos mais dois, um referente a um aluno e outro a um professor. A Seção de Escultura era uma das Seções nas quais se dividia a Academia; esta, por sua vez, estava dividida em cadeiras. Na Reforma de 1831 o ensino estava dividido em quatro ramos de aplicação: pintura histórica, paisagem, arquitetura e escultura, e, além dessas, haveria aulas de desenho, anatomia e fisiologia, necessárias aos quatro ramos.

O controle da disciplina resultava fundamental na instituição, o principal centro de ensino artístico do Império, mas são poucos os casos conhecidos de punição por este motivo. Outro aluno, Cândido Caetano de Almeida Reis, perdeu sua bolsa de estudos em Paris em 1868 pelo pouco trabalho dedicado aos seus envios como pensionista, e em 1873 um professor, Francisco Manuel Chaves Pinheiro, foi suspenso por um mês por insultar e agredir o pai de um dos seus alunos.

No caso de Honorato Manuel de Lima a expulsão foi mais severa, pois se decretou expulsão permanente, e nem sequer se menciona o motivo da mesma, limitando-se a declarar descomedido procedimento, e manifesta desobediência. Segundo Alfredo Galvão, Porto-Alegre foi um dos mais severos no julgamento do aluno, declarando na sessão que "falara com alguma veemência contra o sedicioso, com vista do que exige a ordem e a disciplina do Estabelecimento, porém, que sente ter sido necessário usar de rigor para com um aluno dotado de talento".² O ato punido ainda não apareceu explicitado abertamente até o momento, sendo mencionado apenas como desobediência ou ato sedicioso, e o próprio aluno solicitou um informe sobre o motivo exato de sua expulsão.³

Isto não impediu que o escultor se tornasse professor de escultura de ornatos, uma das cadeiras da Seção de Escultura, junto com Estatuária e Gravura de Medalhas e Pedras Preciosas, após a reforma de 1855, conhecida como Reforma Pedreira. Solicitou em 1843 permissão para concorrer ao concurso de substituto de escultura, e depois, em 1855, tornou-se professor de Escultura de Ornatos.

A questão levantada por este documento é a de como o escultor conseguiria se formar, fora da Academia, para concorrer a dito concurso. Honorato Manuel de Lima ingressou na Academia como aluno efetivo em 15 de novembro de 1836, mediante pedido apresentado em 11 de junho de 1836, quando já estava matriculado como amador na aula de estatuaria, e foi expulso apenas dois anos depois, fixando os estatutos cinco anos como tempo adequado para a formação dos artistas. Resulta muito significativo comprovar como Honorato Manoel de Lima solicitou à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional uma ajuda econômica para completar sua formação, concedendo-lhe a instituição uma mesada de 12.000 reis durante um ano para este fim. Pouco sabemos desta formação paralela, até

² Manuel de Araújo Porto-Alegre. Sua influência na Academia Imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 14, 1959, p. 21.

³ Avulso, n. 201. Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes, UFRJ.

ele aparecer em 1849 como mestre de escultura do arsenal de Guerra, sendo este um possível local para sua formação.

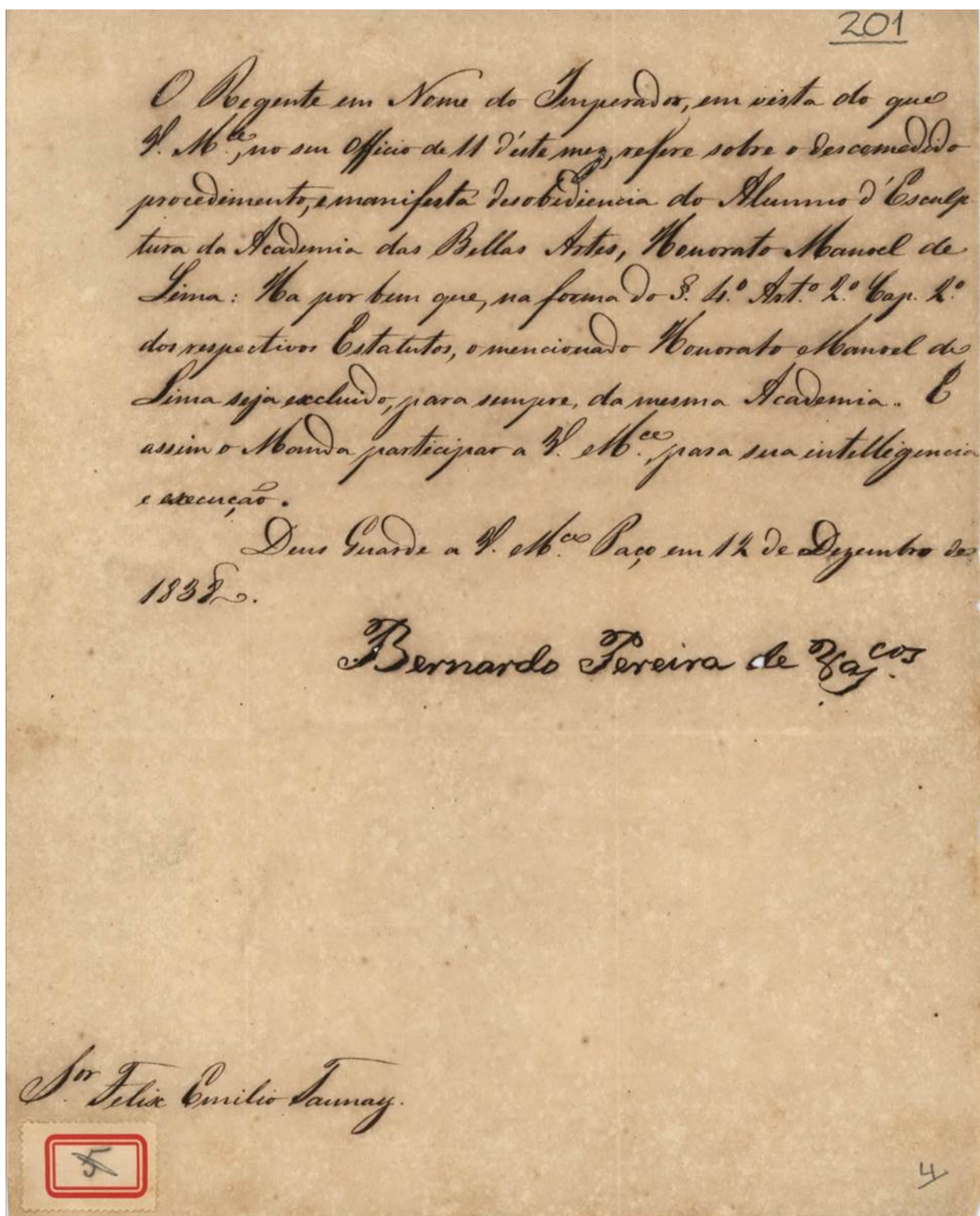
Embora marcado como aluno “sedicioso”, logrou tanto como escultor como quanto arquiteto um amplo reconhecimento na sua época, sendo nomeado por Manuel de Araujo Porto-Alegre um dos mais destacados intelectuais do momento, artista e impulsor da Reforma Pedreira de 1855 como diretor da Academia, como o novo estatuário brasileiro. A obra motivadora de tal título se conserva hoje no Museu D. João VI, doada pela viúva do escultor. O busto que representa seu mestre, Marc Ferrez, é uma das obras primas da escultura brasileira oitocentista, e o consagrou, na opinião de Porto-Alegre, como o primeiro escultor brasileiro capaz de dominar o material mais nobre, o mármore.

Normas de Transcrição e Edição

A seguir são apresentadas as normas de transcrição e edição utilizadas. Pelo fato de o texto não apresentar grandes dificuldades a nível paleográfico, optamos por uma transcrição de natureza conservadora. Acreditamos que, embora não tenham sido feitas intervenções mais significativas, o texto editado estará acessível tanto a historiadores interessados na arte oitocentista, quanto ao público em geral.

1. A edição realizada foi de natureza conservadora.
2. Foram mantidas, tal como no modelo, a pontuação, a acentuação, assim como o uso de maiúsculas e minúsculas.
3. Foi respeitada a separação de linhas (edição justalinear) tal como no modelo, assim como os sinais utilizados para a translineação.
4. As abreviaturas não foram desenvolvidas, apresentando-se tal como estão no modelo.
5. Eventuais comentários feitos pelo editor aparecem como notas informativas, no rodapé da página.

Edição do texto



O Regente em Nome do Imperador, em vista do que V. M.^{ce}, no seu Officio de 11 d'este mez, refere sobre o descomedido procedimento, e manifesta desobediencia do Alumno d'Esculptura da Academia das Bellas Artes, Honorato Manoel de Lima : Ha por bem que, na forma do § 4º Artº 2º Cap. 2º dos respectivos Estatutos, o mencionado Honorato Manoel de Lima seja excluido, para sempre, da mesma Academia. E assim o Manda participar a V. M.^{ce} para sua intelligencia e execuçaõ.

Deus Guarde a V. M.^{ce} Paço em 12 de Dezembro de 1838.

Bernardo Pereira de Vas.^{cos4}

S.^{of} Felix Emilio Taunay.

⁴ Assinatura redigida com punho diferente do punho que escreveu a carta.

Referências bibliográficas

- CAVALCANTI, C; AYALA, W. (Org.). **Dicionário brasileiro de artistas plásticos**. Brasília: MEC, INL, 1973.
- CHILLÓN, A. M. **A escultura e seu ofício no Brasil do Segundo Reinado (1840-1889)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- FERNANDES, C. V. N. **Os Caminhos da Arte: O ensino artístico na Academia Imperial das Belas Artes (1850-1890)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- GALVÃO, A. Manuel de Araújo Porto-alegre, sua influência na Academia Imperial de Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 19-20, 1950.
- PEREIRA, S. G. **Arte, Ensino e Academia: Estudos e Ensaio Sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.